

JORNAL DO PROCURADOR



PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | JAN/FEV 2013 | EDIÇÃO 60

MÃOS À OBRA: 100 novos procuradores prontos para fortalecer a Advocacia Pública paulista

ÓRGÃO SUPERIOR

Novos conselheiros
para o biênio
2013/2014
tomam posse
página 4

AÇÕES JUDICIAIS

Apesp e Sindiproesp
solicitam admissão, como
amici curiae, em duas
repercussões gerais no STF
página 8

PUBLICAÇÕES

Jornal do
Procurador:
60 edições;
10 anos!
página 9

MOBILIZAÇÃO

Apesp na luta:
folder destaca o
repúdio ao
anteprojeto de LOPGE
página 10

Cria cuervos y te sacarán los ojos

Em passado recente, mais precisamente no ano de 2008, a PGE de São Paulo viu alterados diversos dispositivos da lei orgânica que regulamenta a carreira de procurador do Estado. Referido processo de alteração legislativa foi bastante tumultuado, pois o projeto original, gestado sem qualquer participação da carreira, sofreu, à época, séria reprovação dos procuradores, que se levantaram e terminaram por impor recuos em boa parte da proposta, a exemplo daquela que alterava o sistema de promoção da carreira para impor aos procuradores normativa diversa da adotada por todas as demais carreiras jurídicas de Estado.

Não obstante toda a movimentação empreendida, esse mesmo processo de alteração legal que atropelou os procuradores em 2008 acabou por aprovar algumas mudanças que, aparentemente cosméticas, tornaram-se combustível ou alibi para interpretações canhestras, responsáveis por retrocessos importantes e perigosos, que estão desfigurando a face da PGE enquanto órgão público e pondo em risco a higidez da instituição.

Refiro-me aqui às alterações promovidas em dispositivos como o art. 27, da Lei Orgânica, que cuida das consultorias jurídicas, e que, infelizmente, ao que tudo indica, abre a porta para a implantação na PGE do que podemos chamar de “neocoronelismo”.

O coronelismo, como todos sabem, é o termo utilizado para identificar a estrutura histórica e perversa de poder, em que o “coronel”, usando sua privilegiada condição de dominação ou influência, determina a escolha dos governantes e também dos ocupantes de diversos cargos públicos. Consiste, enfim, em prática odiosa, cujo traço característico fundamental está no trato da coisa pública como se privada fosse.

Pois bem, na PGE de São Paulo, em função de interpretação abusiva, porquanto equivocada, de dispositivo de sua Lei Orgânica, o comando institucional vem fragilizando garantias que têm esteio justamente no caráter eminentemente público de nossa função.

E o faz promovendo o preenchimento de postos de trabalho próprios de ocupantes de cargos de provimento efetivo, estrategicamente situados nas consultorias jurídicas das secretarias de Estado e autarquias, a partir de decisões pautadas em critério de avaliação exclusivo do chefe da instituição.

Assim, hoje, na PGE de São Paulo, os mais de 200 procuradores lotados na área da consultoria (aqueles mesmos responsáveis pela orientação jurídica das autoridades e pela análise da legalidade das licitações, contratos, convênios, etc firmados pela Administração), e que prestam serviços em 25 diferentes secretarias de Estado e em mais de dez autarquias, têm sua lotação absolutamente dependente de decisões imotivadas do Procurador Geral do Estado, transformando-se na prática em ocupantes de cargos em comissão.

Com isso, todos esses profissionais, que, fugindo do “Coronelismo” e confiantes no Estado verdadeiramente republicano submeteram-se, para ingresso no serviço público paulista, a concurso de provas e títulos vivem, dentro do Estado de São Paulo, no exercício dessa importante e estratégica atividade consultiva, submetidos ao desígnio da chefia da instituição, que se atribui o poder de indicar pessoalmente o procurador que será ocupante de cada um dos postos da Consultoria Jurídica.

A Constituição da República estabelece em seu artigo 37 que a Administração Pública deve pautar-se por uma série de princípios, entre os quais o expressamente nominado princípio da impessoalidade.

A observância da impessoalidade no trato da Administração com a população é fundamental tanto para impedir privilégios quanto para evitar preterições. Mas é igualmente indispensável na condução dessa mesma Administração, exatamente para garantir que o Estado não sirva ao arbítrio nem caia nas mãos de “coronéis” de plantão.

Denunciar a construção de um modelo que acarretará a submissão profissional do advogado público é uma das coisas que devemos fazer. Alertar a sociedade para a consequência que isso representa nas entranhas do Estado é outro. Chamar a atenção para o trato privado daquilo que é público é mais uma.

Mas a lição que também fica, e que só reforça toda preocupação dos procuradores com propostas autoritárias de alteração de sua lei orgânica, é a que nos dá, com admirável crueza, o brocardo espanhol: “cria cuervos y te sacarán los ojos”.

Márcia Semer é presidente da Apesp



DIRETORIA GESTÃO 2012/2013

PRESIDENTE

Márcia M. Barreta Fernandes Semer

VICE-PRESIDENTE

Tânia Henriqueta Lotto

SECRETÁRIA-GERAL

Shirley Sanchez Tomé

DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Cabral Granado

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Marcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS

Anna Candida Alves Pinto Serrano

DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ESPORTES

Fábio Imbernom Nascimento

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Rafael Camargo Trida

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

Sebastião Vilela Staut Jr.

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Caio Cesar Guzzardi da Silva

CONSELHO ACESSOR

Adriana Moresco

José do Carmo Mendes Junior

Márcio Henrique Mendes da Silva

Maria Christina Tibiriçá Bahbouth

Maria Clara Gozzoli

Rogério Pereira da Silva

CONSELHO FISCAL

João Cesar Barbieri Bedran de Castro

Marcelo de Carvalho

Vinicius Lima de Castro

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS

Acervo Apesp

Ricardo Lucas

REVISÃO

Francisca Evrard

CAPA E ILUSTRAÇÕES

Fabio Mariano

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

www.fontedesign.com.br

TIRAGEM

2.300 exemplares

Acesse a versão on-line do

Jornal do PROCURADOR

no site <www.apesp.org.br>

Publicação periódica distribuída gratuitamente pela Apesp.

BENEFÍCIOS

Conheça os novos benefícios oferecidos pela Apesp aos associados!

– Aumento do valor disponibilizado para defesa em processo administrativo disciplinar e sindicâncias

Com o objetivo de auxiliar os colegas com a sua ampla defesa, a diretoria da Apesp definiu o aumento do valor disponibilizado para defesa em processo administrativo disciplinar, que passou de R\$ 5 mil para até R\$ 10 mil. No caso de sindicâncias, o valor é de até R\$5 mil. Em ambos os casos, há necessidade de apresentação dos respectivos recibos.

– Assessoria para fins de licença saúde (conforme já anunciado no final de 2012)

Trata-se de assessoria jurídico-administrativa para orientação e acompanhamento dos pedidos

de licença saúde. A iniciativa levou em consideração a demanda crescente e as dificuldades com agendamento das datas para a realização de perícias, cuja demora tem provocado gravames aos colegas.

Assim, o associado que tiver interesse poderá comunicar à Apesp que promoverá o acompanhamento do pedido por meio da doutora Eliana Lucânia de Almeida Alves, nova parceira da associação, que será contratada para atuação caso a caso, no âmbito administrativo e, se necessário, para eventual propositura de medida judicial.

Atenção: os contatos com a Apesp para maiores informações sobre os dois serviços devem ser feitos com a funcionária Sandra, pelo telefone (11) 3293-0800 ou pelo e-mail juridico@apesp.org.br.

CONVÊNIOS

Apesp celebra três convênios com a Apamagis!

Em destaque, a possibilidade de uso das três colônias de lazer!

A Apesp acaba de celebrar três convênios com a Apamagis para estender aos procuradores associados benefícios oferecidos à magistratura paulista.

– O destaque é o acordo que estabelece a utilização das colônias de lazer da Apamagis no Guarujá, Campos do Jordão e Ibirá – excetuados os meses de alta temporada (janeiro, julho e dezembro), bem como feriados prolongados. Para obter maiores informações sobre as colônias (fotos, localização, acomodações e preços), acesse o site <http://www.apamagis.com.br/colonias>.

– O segundo convênio possibilita a utilização, mediante locação, dos dois salões de festas loca-

lizados na sede social da Apamagis (Rua Dom Diniz, nº 29, Jardim Luzitânia). Destacamos que o salão localizado no 3º andar tem capacidade para 300 pessoas e o salão do 2º andar comporta 100 pessoas.

– Por fim, os associados que estiverem no centro de São Paulo e quiserem utilizar o restaurante da sede administrativa da Apamagis (Rua Tabatinguera, nº 140, sobreloja, Centro) contarão a partir de agora com mais essa praticidade!

Maiores informações pelo telefone (11) 3293-0800, com a funcionária Luciana, ou pelo e-mail convencios@apesp.org.br.

Convênio com a CAASP prevê posto de vacinação conta a gripe na sede da Apesp



No último dia 20/02, a diretoria da Apesp recebeu a visita do presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo (CAASP) Fabio Romeu Canton Filho e do diretor da CAASP Jorge Eluf (colega procurador do Estado), na sede administrativa da Apesp, na rua Líbero Badaró. Na visita, diversos temas de interesse dos procuradores

foram tratados, entre os quais destacamos o pleito da diretoria da Apesp, prontamente atendido pela diretoria da CAASP, de que neste ano de 2013 seja montado na Apesp um posto de vacinação contra a gripe, para atendimento exclusivo aos procuradores, o que permitirá que nossos associados possam realizar a prevenção anual da doença gratuitamente e com o conforto das dependências da nossa entidade. Portanto, fiquem atentos, a Apesp divulgará as datas de vacinação e convidará os associados para que não esqueçam de se proteger.

Diárias e carreira de apoio: Apesp segue firme na divulgação dos reais anseios da carreira

A Apesp encaminhou ao secretário da Casa Civil, Edson Aparecido, ao assessor especial do Governador, Orlando Batista, e ao secretário João Carlos Meirelles, assessor especial de Assuntos Estratégicos, após a conversa que manteve no mês de fevereiro com essas autoridades, e a pedido, as minutas elaboradas pela entidade sobre carreira de apoio e alteração do regramento das diárias. Os projetos inspiraram-se no modelo adotado pelas demais carreiras jurídicas estaduais e podem ser acessados no site da Apesp (www.apesp.org.br).

Representantes da Apesp realizam nova reunião



Na tarde de 1/03, os representantes da Apesp nas Unidades da PGE mantiveram nova reunião de trabalho na sede administrativa da Associação. Conheça alguns dos temas abordados: i) designações na Consultoria; ii) atuação da Apesp para externar o repúdio da carreira ao anteprojeto de LOPGE; iii) GAE e diárias; iv) carreira de apoio; v) realização do seminário sobre conciliação que será realizado na Alesp, por meio de parceria entre a Apesp e a Frente em Defesa da Advocacia Pública; vi) divulgação da Advocacia Pública no rádio (“Minuto Apesp”) e na televisão (“Programa Argumento”); vii) a LC 1.113, de 26/05/2010, que alterou a fórmula de cálculo da gratificação de função; viii) programação de visitas da Apesp às Seccionais; etc.

PARTICIPE DA GESTÃO!

Associado: procure o representante de sua Unidade para levar as suas ideias, críticas e reivindicações! A sua participação na construção de uma PGE forte é fundamental!

Novos conselheiros para o biênio 2013/2014 tomam posse

Em 09/01, o auditório do Centro de Estudos ficou repleto para prestigiar a posse dos novos conselheiros eleitos da PGE SP (biênio 2013/2014). Tamanha adesão demonstra a confiança que a carreira deposita no único órgão superior da Instituição que apresenta membros eleitos por meio do voto direto e democrático, fato que se reforça pela maciça votação que os candidatos receberam, a despeito do pleito ter ocorrido com chapa única (exceção feita à disputa pelo cargo de representante do nível V): cada candidato obteve cerca de 80% dos votos, num universo de 668 eleitores. Para exercer o mandato concedido pelos procuradores paulistas, foram empossados: Alexander Silva Guimarães Pereira (representando o Nível I), Dulce Ataliba Nogueira Leite (representando o Nível II), Mariana Rosada Pantano (representando o Nível III), Regina Marta Cereda Lima (representando o Nível IV), Derly Barreto e Silva Filho (representando o Nível V), Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues (representando a área do Contencioso Geral), Margarete Gonçalves Pedroso (representando a área da Consultoria Geral) e João Cesar Barbieri Bedran de Castro (representando a área do Contencioso Tributário-Fiscal) – que integraram a chapa “PGE Autônoma e Democrática”; e Egídio Carlos da Silva (representando os Órgãos Complementares) – candidato que não integrou chapa. Após a abertura da solenidade pelo procurador geral Elival da Silva Ramos, a conselheira Regina Marta Cereda Lima leu o termo de posse.

A **presidente da Apesp, Márcia Semer**, afirmou que a cerimônia de posse dos conselheiros eleitos é sempre muito significativa para todos: “É um dia muito feliz. O nosso Conselho é um órgão superior da carreira, que desde 1986 reafirma a cada dois anos o compromisso dos procuradores com a condução da Instituição. No órgão temos a representação de todos os níveis e segmentos da carreira. É o nosso parlamento, pelo qual a voz da carreira se faz presente, incitando o GPGE a bem gerir a Instituição. A gestão que se inicia tem uma missão singular. Da mesma forma que foi eleita de uma forma bem singular: pela primeira vez uma eleição do Conselho foi realizada com chapa única, fato que demonstra a unidade da carreira com seus propósitos. O pleito foi, contudo, respaldado pela maciça votação que os candidatos receberam. Nesse sentido, a simbologia da eleição em chapa única é muito grande. Gostaria de parabenizar esse grupo de colegas empossados hoje, frisando que essa atividade é muito enriquecedora e muito importante. Ser depositário da confiança dos colegas é uma responsabilidade, mas também é muito gratificante. Cumprimento também os conselheiros que finalizaram o mandato e que tiverem um trabalho difícil, notadamente na tramitação do anteprojeto da LOPGE, que a carreira vem repudiando. Ao deliberarem pelo encerramento da discussão no âmbito do colegiado, certamente honraram toda a carreira.”

O **presidente do Sindiproesp, Newton Jorge**, cumprimentou os conselheiros eleitos e endossou as palavras da presidente Márcia Semer, que



Auditório repleto para prestigiar a posse dos novos conselheiros.

bem externou as atribuições e os desafios do Conselho da PGE. Pleiteou que os conselheiros empossados defendam os interesses da carreira com altivez. “Vocês estão aqui para defender os procuradores. A PGE é uma Instituição honrada e respeitada pela sociedade. Nosso mister também é fazer com que a Procuradoria seja conhecida pelo povo, pois o nosso trabalho diário é defender o interesse público”. Segundo Newton Jorge, sem autonomia e altivez não se chega a lugar nenhum: “Muitas lutas ainda estão por vir”. Registrou que apesar do encaminhamento do anteprojeto da LOPGE ser contestado pela carreira, o momento é de se unir para a reformulação de

alguns pontos, atingindo-se um consenso. Por fim, lembrou que muitos embates têm ocorrido nos últimos anos e que é preciso na próxima gestão do Conselho obter alguns benefícios efetivos.

O **presidente da OAB SP, Marcos da Costa**, desejou aos conselheiros empossados uma profícua gestão. Registrou que a sua presença na solenidade de posse era o primeiro ato público na condição de presidente da Ordem: “E o faço com muita honra. Não só pelo respeito pela PGE SP – uma Instituição parceira –, mas por todos os conselheiros que tomam posse para essa importante missão”. Segundo Marcos da Costa, há momentos em que a disputa eleitoral com diversas

correntes políticas é salutar. Por outro lado, em determinados momentos históricos a presença de uma única representação demonstra a importância da união para enfrentar os desafios da classe. “Aliás, não faltam desafios para a Advocacia Pública em geral. Quero consignar a importância que Advocacia Pública tem para a OAB. Todos os procuradores e o Conselho da PGE podem contar com a Ordem. A Ordem é a casa de vocês.”

O **procurador geral Elival da Silva Ramos** felicitou os conselheiros que estão encerrando o mandato (biênio 2011/2012). Cumprimentou, ainda, os novos conselheiros que se apresentaram para uma desafiante empreitada e que foram reconhecidos por uma expressiva votação: “Essa solenidade sempre é marcante, porque o Conselho é um órgão superior que representa o que há de consenso na Instituição. Na democracia existem o dissenso e consenso. Nesse caso, toda a proposta de aperfeiçoamento institucional é muito bem-vinda”.

Ao término da solenidade de posse, a Apesp ofereceu a todos os presentes um agradável coquetel.

O conselheiro Derly Barreto e Silva Filho, representante do nível V, proferiu discurso em nome de todos os conselheiros empossados: “Conhecido o nosso múnus constitucional, indagamos: que instituição nós queremos e devemos conceber e ter? Uma instituição fraca, que contemporize com a juridicidade, a fim de forjar e amparar todo e qualquer projeto político de ocasião, e que esteja a reboque do que determinam outras instâncias de poder? É evidente que não! Não podemos conceber ou ter

uma Instituição arqueada e sujeita ao mandonismo político, exercente de função subalterna ou de autêntica capatazia. Nós queremos e devemos conceber e ter uma PGE dotada de autonomia institucional, financeira e orçamentária. E isso não por mero capricho ou arroubo corporativista, mas, sim, para tornar possível e efetivo o cumprimento da função essencial à justiça que a Constituição nos outorgou com exclusividade! Daí que, com todas as vênias que não de ser tributadas ao procurador geral, aos subprocuradores gerais e ao corregedor geral, a maioria da carreira – e, agora, deste Conselho – entende que o anteprojeto de Lei Orgânica da PGE, encaminhado ao governador sem a desejada e prévia discussão democrática e sem a esperada participação da carreira, não atende a esse postulado central.”



Da esq. para a dir.: os conselheiros Alexander Silva Guimarães Pereira, Derly Barreto e Silva Filho, Regina Marta Cereda Lima, João Cesar Barbieri Bedran de Castro, Margarete Gonçalves Pedroso, Dulce Ataliba Nogueira Leite, Daniel Carmelo Pagliusi, Mariana Rosada Pantano e Egídio Carlos da Silva.

TRECHO DA MOÇÃO DE REPÚDIO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS EXCLUSIVAMENTE SUBJETIVOS PARA PROMOÇÃO DOS DESLOCAMENTOS DE PROCURADORES DO ESTADO DA ÁREA DA CONSULTORIA. O DOCUMENTO FOI SUBSCRITO PELOS CONSELHEIROS ELEITOS, EXCETO O CONSELHEIRO EGÍDIO CARLOS DA SILVA.

“(…) Imperioso, pois, que, em nome da impessoalidade, sejam fixados critérios objetivos para a promoção de remoções, classificações, lotações ou designações, evitando-se, dessa forma, que os deslocamentos de advogados públicos procedam-se segundo particularidades individuais. Na ordem jurídica brasileira, nenhum agente público, por mais conspícuo que seja, goza de inamovibilidade irrestrita. Da mesma forma, nem o mais

humilde ocupante de cargo público pode ser removido sem propósito ou com base em critérios puramente pessoais.

Convém notar, ademais, que deslocamentos implementados sem a adoção de critérios objetivos infundem sério e preocupante sentimento de apreensão, gerando grave instabilidade funcional nos quadros da Procuradoria Geral do Estado, pois qualquer procurador,

independentemente de motivos ou com base em critérios eminentemente subjetivos, pode, de inopino, ver-se deslocado de suas atribuições normais para outras, com as quais muitas vezes não tem afinidade. E mais: a ausência de critérios objetivos, tanto quanto a falta de motivação, enseja arbitrariedades, desde favoritismos até perseguições, e dá azo ao cometimento de graves ilegalidades e irregularidades funcionais (...).”

Mãos à obra: 100 novos procuradores prontos para fortalecer a Advocacia Pública paulista

Na tarde de 15/02, no auditório Ulysses Guimarães do Palácio dos Bandeirantes, foram empossados os 100 novos procuradores do Estado de São Paulo. A plateia estava repleta de familiares, amigos e procuradores para saudar e prestigiar os novos colegas. A solenidade contou com a presença do governador Geraldo Alckmin, do presidente da Alesp Barros Munhoz, do presidente do TJ SP Ivan Sartori, do procurador-geral de Justiça Márcio Fernando Elias Rosa, da defensora pública geral Daniela Cembranelli, da secretária de Justiça Eloisa de Souza Arruda e do deputado Fernando Capez (coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública da Alesp).



A 1ª colocada no concurso, Renata Santiago Pugliese (no detalhe), discursa em nome de todos os empossandos.

Como já é tradicional, a primeira colocada no certame, Renata Santiago Pugliese, discursou em nome de todos os aprovados: “(...) a nossa finalidade, seja na atuação contenciosa ou consultiva, não será a defesa intransigente do Estado como ente, mas sim a dos legítimos pleitos sociais. O procurador do Estado, mais do que o de qualquer outra carreira jurídica, tem o efetivo papel de transformação social, seja viabilizando a elaboração de políticas públicas e marcos jurídicos, seja contribuindo com o desenvolvimento de meios de redução de litigiosidade, conferindo, assim, maior efetividade à Justiça. Não podemos jamais esquecer que nosso único cliente é a população do Estado de São Paulo; seremos profissionais de dedicação exclusiva ao interesse público. O advogado público não só pode como deve encontrar soluções legais para problemas reais; não nos agarremos apenas à letra fria da lei diante de realidades ásperas e consequências nefastas. Respeitemos a vontade do legislador,

mas sem esquecer que a Lei Maior é a Constituição da República e que a igualdade e razoabilidade são valores a ela inerentes.

Atuemos, ainda, em prol de uma nova imagem do servidor público, daquele que efetivamente trabalha em prol de um interesse transcendental. Façamos da nossa conduta um instrumento de alteração da visão distorcida que a sociedade tem de que o servidor público vive à custa do Estado e em nada contribui para seu desenvolvimento. Para tanto, sejamos sempre éticos e conscientes de nossa responsabilidade social; trabalhemos com dedicação e qualidade, sempre buscando a aproximação do Estado aos anseios do povo. E, principalmente, jamais deixemos de sonhar com um mundo melhor. Caminhemos, sempre!” (A íntegra do discurso pode ser acessada no site www.apesp.org.br – Notícias do Conselho, edição 310). O termo de compromisso foi lido pelo 2º colocado no concurso, Jorge Antonio Dias Romero, e a ata de posse foi lida pelo conselheiro Egydio Carlos da Silva.

Em seu discurso, a presidente da Apesp Márcia Semer deu as boas vindas aos novos colegas: “É com grande satisfação que venho a esta tribuna para, em nome dos mais de 1.500 profissionais que integram a Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, cumprimentá-los. Cumprimentá-los, primeiramente, pela escolha da carreira de advogado público como caminho profissional a trilhar; e cumprimentá-los principalmente pelo êxito alcançado por vossas senhorias no concurso de ingresso à carreira de procurador do Estado de São Paulo, certame dos mais exigentes aplicados no território nacional e que, por isso, recruta para compor seus quadros o que há de melhor no manejo do direito, e em especial do direito



público de nosso país (...). Compuseram e compõem nossos quadros advogados públicos que mercê do empenho e luta coletivos deram à Procuradoria Geral do Estado estatura constitucional ainda na Constituição Estadual de 1967, conquistaram a constitucionalização da advocacia pública como função essencial à Justiça na Constituição Federal de 1988 e foram decisivos, verdadeiramente decisivos, para inclusão dos procuradores no rol de carreiras de Estado submetidas ao teto remuneratório dos ministros do Supremo Tribunal Federal, na reforma de 2003. Compuseram e compõem nossos quadros, portanto, profissionais do direito que, forjados para promover de forma



100 novos procuradores tomam posse no Palácio dos Bandeirantes.



Governador Geraldo Alckmin: "A PGE é um orgulho para o Estado de São Paulo!"

GOVERNADOR GERALDO ALCKMIN: "A PGE É UM ORGULHO PARA O ESTADO DE SÃO PAULO!"

O governador Geraldo Alckmin prestigiou a posse dos novos procuradores e ressaltou que a Procuradoria é um orgulho para o Estado de São Paulo: "(...) [Quero] dizer da alegria deste dia importante para a vida de cada um de vocês. Estão ingressando numa carreira que é o orgulho do Estado de São Paulo, respeitadíssima, concorridíssima. Eu estava fazendo um cálculo aqui, Barros, o meu vestibular para medicina, que eu achava que era duríssimo, foram 5.000 candidatos para 100 vagas. Aqui foram 7.600 candidatos. Então, dar os parabéns, e vocês ingressam numa instituição de que São Paulo se orgulha. Orgulho justo pela sua ética, pela sua competência. Agente de promoção de justiça social, de equidade, de desenvolvimento. Então uma instituição extremamente importante. Aliás, disse o professor Elival da Silva Ramos – um dos mais notáveis juristas do nosso país, por quem temos grande admiração, respeito pelo seu trabalho – que falta ao país... É importante fortalecer o interesse público, o espírito público. E por isso, nós vemos aqui hoje na posse de vocês, que ela é importante na vida pessoal de cada um e importante para o Estado e para o País. Por isso, presentes o presidente do Poder Legislativo, o presidente do Tribunal de Justiça, o procurador geral do Ministério Público, a Defensoria Pública, pela sua defensora geral, o Poder Executivo, pela importância que tem o trabalho da Procuradoria Geral do Estado, para fortalecer o abraço coletivo, a promoção do bem comum e do interesse público para São Paulo e para o Brasil. Disse bem a Dra. Márcia que a PGE tem um time de notáveis. Se fosse do Santos, eu diria que são todos Neymares. Do Corinthians, Alexandre Patos. Do São Paulo, Luízes Fabianos. Do Palmeiras, Valdívias. Do Flamengo, Rafinhas. Do Atlético, Ronaldinhos. Enfim, um time de craques! Quero é dar as boas vindas e dizer que vocês fortalecem a Procuradoria Geral do Estado. Que todos nós, a sociedade inteira a quer ainda mais atualizada com novas práticas, com menor litigiosidade e maior eficiência. Bom trabalho!"

incansável a defesa do patrimônio e interesse públicos, têm perfeita consciência de sua função social e, exatamente por isso, não dispensam o papel de protagonistas da própria história, não aceitam tomar parte em menos que a construção coletiva dos destinos da instituição que integram e não se orientam desse modo por soberba ou desmesurado espírito de corpo, mas em respeito à sua missão de cumprir e fazer cumprir a Constituição, bem como em respeito ao seu extraordinário passado, ao seu trabalho presente e em homenagem ao seu sonhado futuro (...). Colegas, sejam muito bem-vindos. Nossos braços estão todos abertos para acolhê-los. Logo verão que muito já se fez na PGE, mas que há muito, muito mesmo por fazer. Venham conosco trabalhar firme pelo aprimoramento dessa magnífica instituição de Estado que é a Procuradoria Geral de São Paulo. Integrem-se à vida associativa, participem das discussões, dos encontros e das festas, como a que a Apesp lhes oferece, e a seus familiares, no próximo dia 2 de março, em seu centro sociocultural. E que sejam bem sucedidos e muito, muito felizes em seu novo mister." (A íntegra do discurso pode ser acessada no site www.apesp.org.br – Notícias do Conselho, edição 310).

O presidente do Sindiproesp, Newton Jorge, afirmou ser um dia de festa que materializa uma grande conquista: "A nossa vida na sociedade e no Estado tem a presença dos procuradores, que orientam os administradores para o cumprimento da legalidade e dos comandos constitucionais. Defendam essa carreira com muita luta e bravura. A sociedade reconhece aqueles que trabalham e honram um órgão público."

O procurador geral Elival da Silva Ramos felicitou os novos colegas, destacando que estão ingressando em uma carreira de excelência, na qual 10% dos colegas têm pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 40% são especialistas com pós-graduação *lato sensu*.

LISTA DOS 100 NOVOS PROCURADORES

1. Adriano Pugliesi Leite
2. Alcione Benedita de Lima
3. Aline Castro de Carvalho
4. Ana Carolina Cuba de Almada Lima
5. Ana Karina Silveira D'elboux
6. Ana Paula Antunes
7. Ana Paula Vendramini Segura
8. Augusto Rodrigues Porciúncula
9. Bárbara Aragão Couto
10. Breno da Silva Ramos
11. Bruna Tapié Gabrielli
12. Bruno Felipe de Oliveira e Miranda
13. Bruno Lopes Megna
14. Bruno Luis Amorim Pinto
15. Bruno Roberto Leal
16. Camila Rocha Cunha Viana
17. Carla Paiva
18. Carolina Adriana Mendes Martins
19. Cassiano Luiz Souza Moreira
20. Cícero Dantas Bisneto
21. Claudia Andrade Freitas
22. Claudio Henrique de Oliveira
23. Cristiane Vieira Batista de Nazare
24. Daniel Deggau Bastos
25. Daniel D'emidio Martins
26. Daniel Henrique Ferreira Tolentino
27. Daniela Spigolon Loureiro
28. Danilo Albuquerque Dias
29. Diego Brito Cardoso
30. Emilia Gondim Teixeira
31. Fabricio Contato Lopes Resende
32. Fernanda Augusta Hernandez Carrenho
33. Fernanda Luzia Gayao Freire
34. Fernando Henrique Medici
35. Filipe Paulino Martins
36. Francisco Maia Braga
37. Gabriel Alves Bueno Pereira
38. Gabriel da Silveira Mendes
39. Gislaene Praça Lopes
40. Guilherme Graciliano Araújo Lima
41. Guilherme Martins Pellegrini
42. Gustavo Bezerra Muniz de Andrade
43. Henrique Silveira Melo
44. Igor Fortes Catta Preta
45. Isabela Leão Monteiro
46. Ismael Nedehf do Vale Correa
47. Izabella Sanna Taylor
48. João Eulálio de Pádua Filho
49. Jorge Antonio Dias Romero
50. Jose Carlos Candido da Silva
51. Juliana Guedes Matos
52. Juliana Leme Souza Gonçalves
53. Laiza Ornelas Lima
54. Laura Baracat Bedicks
55. Leandro Guedes Matos
56. Lenita Leite Pinho
57. Leonardo Fernandes dos Santos
58. Lucas Leite Alves
59. Lucas Pessoa Moreira
60. Luis Augusto de Deus Silva
61. Luísa Baran de Mello Alvarenga
62. Luiz Alberto de Holanda Paes Pinto
63. Luiz Alexandre Combat de F. Tavares
64. Luiz Gustavo Andrade dos Santos
65. Manoela Regina Queiroz C. L. Bianchini
66. Marcelo Bianchi
67. Marcelo Gatto Spinardi
68. Marco Aurelio Funck Savoia
69. Maria Luíza Cordeiro Soubhia Fleury
70. Marina Fernanda de Carlos F. Da Silva
71. Murilo Rodrigues Junior
72. Natalia Aguiar Parente
73. Natalia Pereira Covale
74. Paulo Henrique Procópio Florêncio
75. Pedro Fabris de Oliveira
76. Pedro Siqueira de Pretto
77. Rafael Carvalho de Fassiio
78. Rafael Modesto Rigato
79. Renan Raulino Santiago
80. Renan Teles Campos de Carvalho
81. Renata Danella Polli
82. Renata Passos Pinho Martins
83. Renata Santiago Pugliese
84. Renata Viana Neri
85. Renato Barbosa Monteiro de Castro
86. Ricardo Lima Almeida
87. Rodrigo Leite Orlandelli
88. Rodrigo Peixoto Medeiros
89. Rodrigo Trindade C. Menicucci
90. Rogerio Augusto Boger Feitosa
91. Sara Dinardi Machado
92. Suzane Ramos Rosa
93. Talles Soares Monteiro
94. Tatiana Iazzetti Figueiredo
95. Thais Carvalho de Souza
96. Thamy Kawai Marcos
97. Victor Fava Arruda
98. Victor Teixeira de Albuquerque
99. Vinicius Jose Alves Avanza
100. Vitor Mauricio Braz Di Masi

Atenção: um álbum de fotos da solenidade de posse pode ser acessado no site www.apesp.org.br/

Apesp e Sindiproesp solicitam admissão, como *amici curiae*, em duas repercussões gerais no STF

A Apesp e o Sindiproesp entraram conjuntamente com pedido para que sejam admitidos como *amici curiae* em duas repercussões gerais pendentes de decisão no STF

A primeira diz respeito ao tema 359, referente à incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação de proventos/vencimentos e pensão. Aqui o *leading case* é o RE n. 602.584 e o relator o ministro Marco Aurélio. Busca-se com o ingresso das entidades nessa repercussão geral garantir notadamente o direito dos procuradores ao recebimento da pensão por morte de companheiro ou companheira servidor ou servidora público(a) estadual. Como é de conhecimento de todos, o entendimento restritivo sobre o tema

adotado pela PGE SP, inclusive em descompasso com os entendimentos já firmados pelo TCU, CNMP e CNJ, tem prejudicado muitos colegas. Assim, depois de contratar parecer do doutor Alexandre de Moraes, que foi encaminhado à Secretaria da Casa Civil, onde o tema aguarda decisão administrativa do senhor governador, a diretoria da Apesp decidiu importante promover a defesa do caráter autônomo do benefício da pensão por morte também na via judicial. O advogado da Apesp e do Sindiproesp nessa causa é o associado Miranda Leão.

A segunda refere-se ao tema 377, que cuida da incidência do teto remuneratório no caso de acumulação de cargos públicos. Nessa repercussão, o *leading case* é o RE n. 612.975 e o relator

também é o ministro Marco Aurélio. O objetivo em pauta é a defesa do caráter igualmente autônomo da remuneração nas situações de cumulações constitucionalmente admitidas e da cumulatividade do recebimento de proventos com os chamados cargos em comissão puros. Aqui também a PGE SP, em passado recente, inclusive reformulou entendimento vigente para adotar interpretação bastante restritiva, que impõe gravame significativo tanto a nossos talentos acadêmicos, como a nossos talentos políticos e gerenciais, promovendo, na prática, impedimento que nem a Constituição, nem as carreiras paradigmas impõem aos seus integrantes. O colega Miranda Leão também advoga para as entidades de classe nessa repercussão geral.

INSTITUCIONAL

Apesp reúne-se com o presidente da OAB SP

Em 20/02, a diretoria da Apesp visitou o presidente da OAB SP Marcos da Costa. Estiveram presentes à reunião, além da presidente da entidade Márcia Semer, a secretária geral Shirley Tomé, o diretor financeiro José Carlos Cabral Granado e a diretora social Marcia Junqueira S. Zanotti. No encontro foram discutidos diversos temas da pauta da advocacia pública, e dos procuradores do Estado em especial, sendo que na oportunidade a presidente da Apesp recebeu diretamente das mãos do presidente da Ordem paulista convite

para a posse solene das diretorias da OAB SP e da CAASP (gestão 2013/2015), ocorrida em março, no Palácio das Convenções do Anhembi. Ao final da reunião, a diretoria da Apesp teve ainda a oportunidade de encontrar e cumprimentar os integrantes da comissão nomeada pelo presidente Marcos da Costa para emitir parecer sobre o discutido projeto de Lei Orgânica da PGE, dentre os quais nosso colega professor José Afonso da Silva, que chegavam para audiência de entrega do relatório final ao presidente da OAB SP.



MS coletivo garante aos procuradores desvinculação administrativa do Iamspe

Por meio de um mandado de segurança coletivo, a Apesp garantiu aos procuradores do Estado de São Paulo a possibilidade de desvinculação administrativa do pagamento da contribuição ao Iamspe.

Informamos que a Apesp está à disposição dos associados interessados para promover a protocolização dos pedidos administrativos de desligamento do Iamspe.

Os associados que quiserem se desligar podem enviar o pedido para a Apesp para protocolização e acompanhamento. Maiores informações pelo telefone (11) 3293-0800

Jornal do Procurador: 60 edições; 10 anos!

A edição n. 1 do “O Procurador” foi lançada em setembro de 2002, com a reportagem de capa “Justiça seja feita – os avanços e perspectivas da categoria após um ano da histórica paralisação de 7 de junho”, que retratou a Jornada de Paralisação e Protesto dos Procuradores do Estado de São Paulo – promovida em junho de 2002, com adesão de mais de 90% dos integrantes da carreira. Mais de 10 anos depois e com 60 edições, o agora intitulado “Jornal do Procurador” tem publicado em suas páginas as reivindicações dos procuradores paulistas, as dificuldades estruturais da PGE, a luta pela isonomia com as demais carreiras jurídicas, fincando sempre a bandeira de luta pelo fortalecimento da Advocacia Pública como pilar essencial para o Estado Democrático de Direito.

José Damiano de Lima Trindade, ex-presidente da Apesp nas gestões 2002/2004 e 2004/2006, em que foram criados tanto o “Jornal do Procurador” quanto o “Apesp em Movimento”, entende que “os dois órgãos impressos de

comunicação da Apesp são irmãos gêmeos, nasceram juntos na gestão da Apesp que se iniciava em março de 2002. Mas são gêmeos bivitelinos, cada um com aparência própria, para não falar das personalidades diferentes. O “Apesp em Movimento” foi concebido para ser um boletim eminentemente informativo e mobilizador, portador de textos enxutos e ágeis, com circulação de periodicidade flexível, conforme as demandas de cada momento. Entre julho/agosto de 2003, por exemplo, no auge da luta contra a regressiva reforma da Previdência, e em prol do atormentado esforço para conquistarmos constitucionalmente para os procuradores o mesmo teto salarial estadual da Magistratura e do MP – um tempo acelerado e febril, em que a cada dia a correlação de forças no campo de batalhas do Congresso Nacional mudava completamente –, o “Apesp em Movimento” chegou a ter edições semanais. Naquele tempo, era preto e branco, e veiculava textos de quase três invariáveis colunas.

Depois, ganhou cores e uma diagramação mais dinâmica, ficando bonito, assim como é hoje. Já o “Jornal do Procurador” que também acaba de completar 10 anos, foi planejado para ser um veículo que, além de transmitir informações relevantes, fosse especialmente mais reflexivo, analítico, focando sua atenção tanto nas questões mais relevantes aos corações e mentes dos procuradores, como em temas de interesse humano permanente. Basta, a esse respeito, reler a matéria da última capa da edição n. 1 do “Jornal do Procurador” que reproduziu um belíssimo texto de Saramago. Desde sua edição inicial, o “Jornal do Procurador” nasceu colorido e bimensal. Assim, penso que esses últimos dez anos demonstraram à saciedade que essa foi uma dupla que deu certo: o “Jornal do Procurador” e o boletim “Apesp em Movimento” vêm cumprindo muito bem os propósitos de informar, mobilizar, fazer pensar, suscitar debates e sensibilizar os procuradores e as procuradoras do Estado. Sempre com inteligência, elegância e sensibilidade”.

MUDANÇAS EDITORIAIS

- A edição n. 1 foi lançada com o nome “O Procurador” e continha 8 páginas.
- Na edição n. 23, o nome da publicação mudou para “Jornal do Procurador”.
- Na edição n. 47, uma reformulação gráfica trouxe algumas inovações nas cores e no tamanho da publicação. O número de páginas passou para 12.

Linha do tempo: conheça algumas edições marcantes do Jornal do Procurador!



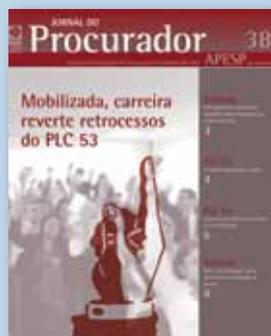
Estreia: primeira edição do “O Procurador” trouxe reportagem sobre a histórica paralisação dos procuradores em 7 de junho de 2002



A primeira edição publicou também uma belíssima mensagem de José Saramago, escritor português e Nobel de literatura, remetida ao II Fórum Social Mundial. A grafia original do texto foi preservada



Edição nº 20: denúncia sobre a falta de estrutura na Judicial – tema ainda na ordem do dia



Edição nº 38: mobilizada, carreira reverte retrocessos da LC 1.082/2008



Edição nº 53: Apesp lança “Argumento”, o primeiro programa de Advocacia Pública do Brasil



Edição nº 58: combate contundente ao anteprojeto de LOPGE



MOBILIZAÇÃO

Apesp na luta: folder destaca o repúdio ao anteprojeto de LOPGE

No início de fevereiro, a Apesp elaborou um material que objetiva divulgar às principais autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo de São Paulo as deliberações da Assembleia Geral da Apesp, que reuniu mais de 600 procuradores e repudiou o anteprojeto de Lei Orgânica, com 100% dos votos. O folder traz ainda declarações de quatro ex-procuradores gerais do Estado, o resultado da reunião do colégio de ex-presidentes da Apesp, que também rejeitou a proposta, e a representação dos ex-conselheiros da PGE (gestão 2011/2012), que requereu o arquivamento da proposição. Ademais, um encarte

especial destaca os pontos mais danosos do anteprojeto. O folder já foi utilizado em audiências com: líder do Governo na Alesp, deputado Samuel Moreira (PSDB); líder do PT na Alesp, deputado Alencar Santana; líder do PDT na Alesp, Olímpio Gomes; deputado Wellington Gasparini; deputado Roberto Massafera; deputado Fernando Capez, presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública; Orlando Batista, assessor especial do governador; secretário João Carlos Meirelles, assessor especial de Assuntos Estratégicos; Edson Aparecido, secretário da Casa Civil.



SERVIÇO

Suspensa por 60 dias a cobrança da taxa de inscrição para novos associados da Apesp

Os colegas que desejarem se associar à Apesp estarão isentos durante 60 dias, a partir de 15 de fevereiro de 2013, do pagamento da taxa de inscrição. O estatuto de nossa entidade estabelece (art. 5º, parágrafo 1º) que, para ingressar no seu quadro associativo, os procuradores do Estado devem recolher uma taxa de inscrição, atualmente no valor de seis contribuições mensais (R\$ 870,00). O estatuto isenta desse pagamento apenas os novos procuradores, desde que se inscrevam no prazo de até 180 dias após a sua posse na PGE.

Mas o mesmo estatuto (art. 5º, parágrafo 2º) faculta à diretoria da Apesp suspender a cobrança dessa taxa para todos os interessados, mesmo não sendo novos na carreira, por até 60 dias consecutivos em cada ano. A diretoria da Apesp visa estimular o ingresso dos procuradores não associados em seus quadros.

Assim, fica suspensa a cobrança da taxa de inscrição dos procuradores do Estado que se associarem à Apesp entre 15 de fevereiro e 16 de abril deste ano.

Solicitamos a divulgação a todos os colegas que ainda não sejam sócios da nossa entidade.

ENTIDADE NACIONAL

Anape completa 30 anos

Com a missão de representar procuradores de todo o território nacional, a Associação Nacional dos Procuradores do Estado (Anape) comemorou no último dia 14/01 três décadas de existência. O atual presidente da entidade, Marcello Terto, enviou um depoimento exclusivo sobre a efeméride ao *Jornal do Procurador*: “A marca dos 30 anos da nossa associação nacional é uma referência importante sobre os avanços históricos da Advocacia Pública. A Anape é uma grande federação. Do tamanho do Brasil, foi responsável pela legitimação da uniformização das pautas corporativas e institucionais que conduzem o padrão de advocacia de Estado hoje existente, sobretudo no que diz respeito à essencialidade das atribuições constitucionais dos procuradores. Desde a comissão de notáveis responsável pelo texto originário da nossa Constituição Federal de 1988 até as grandes

reformas administrativas, previdenciárias, judiciais e processuais mais recentes encontramos rastros da atuação dos nossos representantes nacionais em defesa da Advocacia Pública, como exige um verdadeiro Estado Democrático de Direito: independente, inviolável, uma, socialmente relevante e comprometida com os interesses públicos legítimos e lícitos. São 30 anos de lutas que nos trouxeram até este estágio da democracia brasileira ansiosa por uma Advocacia Pública institucionalmente organizada e autonomamente protegida contra o furor de forças que lhe comprometem as características fundamentais. A coragem garantiu a sobrevivência da Advocacia Pública e o nosso senso crítico organizado, nacionalmente organizado, será daqui adiante a raiz do seu progresso, para o bem dos Estados, do Distrito Federal e do povo brasileiro.”

Os sonhos possíveis em uma sala escura

Em meio às tempestades de verão que inundam as ruas e transtornam o cotidiano da cidade, nada melhor do que nos transportarmos para longe das agruras, para um mundo do qual não participamos e somos meros espectadores, que é o mundo das artes. O cinema, considerado a sétima arte, é algo mágico.

Antes, porém, de fazer o rol de meus filmes prediletos, falar de alguns e ousar indicar outros, foi para mim um grande prazer aos ver listadas, na retrospectiva cultura, p. D7 do Caderno 2 de “O Estado de S. Paulo” de 21 de dezembro de 2012, cinco dentre as dez melhores exposições escolhidas por esse prestigiado jornal, que pudemos proporcionar aos nossos associados em visitas monitoradas: na Pinacoteca do Estado, a retrospectiva de Alberto Giacometti; no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), selecionadas obras do Impressionismo, vindas do acervo do Museu D’Orsay; as esculturas do britânico Antony Gormley instaladas nas ruas e prédios do Centro de São Paulo; “Guerra e Paz”, célebres painéis de Portinari criados para a ONU, exibidos no Memorial da América Latina; e Caravaggio, exibido, após esforço diplomático, no Museu de Arte de São Paulo.

Essa atividade cultural, que vem sendo muito prestigiada, teve continuidade em janeiro de 2013, com a visita, também no Masp, ao célebre quadro do pintor holandês do século XVII Johannes Vermeer, “A mulher de azul lendo uma carta”, ao lado de curiosidades sobre essa obra prima e detalhes sobre seu recente processo de restauro e que, na volta ao seu país de origem, inaugurará o novo Rijksmuseum.



Em fevereiro visitamos a primeira das três exposições que homenageia o centenário dessa figura única, dessa artista plástica maior que é Tomie Ohtake.

Mas voltemos ao cinema.

Da longa lista de filmes em cartaz, muitos dos quais indicados ao Oscar, assisti grande parte deles e posso dizer que são excelentes espetáculos e não podem deixar de ser vistos: “O lado bom da vida”, “Lincoln” e “Argo” (dramas históricos), “Django livre”, do genial Tarantino, e “Os miseráveis” (musical), indicados como melhor filme, com elenco e direção de primeira grandeza.

Merecem menção também o filme francês “O filho do outro”, o alemão “Bárbara”, a coprodução Argentina, Brasil e Espanha “Infância clandestina” e, por fim, o dinamarquês “O amante da rainha”. Não assisti “Amor”, mas é um filme consagrado pela crítica e acaba de ganhar o Oscar de melhor filme estrangeiro.

Quero destacar neste espaço o filme chileno “No”, com direção de Pablo Larraín, tendo como um dos produtores o brasileiro Daniel Marc Dreiffuss e como ator principal o talentoso mexicano Gael Garcia Bernal, que protagonizou o filme “Che”. Mesclando imagens documentais e cenas de ficção, que imprimem veracidade aos tormentosos momentos do Chile, narra a campanha publicitária contra a permanência no poder de Augusto Pinochet, durante o plebiscito promovido no país em 1988.

O filme é emocionante e nos conduz à época específica da história do Chile, sob a ditadura sangrenta de Pinochet, mostrando, de um lado, as forças da direita, amparadas pela máquina governamental, representada pelos militares que queriam se perpetuar no poder, criando justamente esse simulacro de plebiscito, certos da vitória do Sim e os que, engajados politicamente, mas sem poder se pronunciar por força da repressão, ansiavam por um país livre, democrático e socialmente justo.

“No” é baseado na obra “El plebiscito”, de Antonio Skármeta, escritor chileno e autor de, entre outros, “O carteiro e o poeta”, magnífico livro, também adaptado ao cinema.

Fiel ao momento político em que vivia o Chile, o filme procura demonstrar que, na conjuntura de então, os democratas íntegros votariam no Não a Pinochet. O problema residia justamente nos indecisos, que não queriam mais Pinochet, mas temiam o comunismo. E nisso reside o mérito desse filme emocionante, que retrata a campanha publicitária do “No”, cujos mentores, perseguidos pela polícia de Pinochet, tiveram a perspicácia de compreender que era justamente para os indecisos que a

publicidade deveria se voltar, a fim de buscar a vitória, como de fato ocorreu, e derrotar o ditador, que acabou sendo obrigado a chamar as eleições.

Mesclando cenas de documentário e ficção, o filme cativa e é, na minha opinião, um forte candidato ao Oscar de 2013, já tendo, em Cannes, uma merecida passagem triunfal.

Ao fim desta crônica, acabei de saber que o filme do diretor austríaco Michael Haneke “Amor” sagrou-se vitorioso na premiação do Oscar, perdendo, portanto, o chileno Pablo Larraín com “No”. Houve no caso, apenas uma inversão de valores, pois, há três anos, Haneke, favorito na direção de “Fita branca”, perdeu para o latino-americano “O segredo de seus olhos”, filme que merece ser visto por aqueles que não o assistiram.



SAÚDE

Ioga na Apesp: venha se exercitar e aliviar o stress!

A prática da ioga oferecida pela Apesp aos seus associados foi retomada. As aulas, que terão uma hora de duração, ocorrerem sempre às segundas-feiras, às 9h30. A professora continuará sendo Hatuko Kawai.

Atenção: as aulas foram transferidas para a sede administrativa da Apesp (Rua Líbero Badaró, nº 377, 9º andar, Centro). A mudança de local tem como objetivo facilitar a participação de um maior número de interessados, concentrando na sede administrativa todas as atividades sociais.

PARTICIPE DESSA SAUDÁVEL ATIVIDADE!

As inscrições estão abertas e podem ser feitas pelo telefone (11) 3293-0800, com as funcionárias Marlene ou Fernanda.

Apesp mantém acompanhamento constante das PECs e PLs de interesse da Advocacia Pública

Publicamos a seguir uma lista de propostas de emenda à Constituição e projetos de lei que a diretoria da Apesp vem acompanhando no Congresso Nacional, em parceria com a Anape. Destacamos a PEC 05/2011 (Senado Federal), conseguida pela Apesp, e idêntica à PEC 210/2007 (em tramitação na Câmara dos Deputados), que restabelece o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração dos advogados públicos, defensores, membros do Ministério Público e da magistratura e o PL 8046/2010, reforma do Código de Processo Civil (em tramitação na Câmara dos Deputados).

CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROPOSTAS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO (PECs)

PEC 82/2007 – Atribui autonomia funcional aos membros da Advocacia Geral da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria das Autarquias, Procuradorias dos Estados e Defensoria Pública. **Autor:** ex-deputado Flávio Dino (PC do B-MA). **Situação:** aguarda criação de comissão especial destinada a analisar o mérito da proposta.

PEC 443/2009 – Estabelece subteto remuneratório para membros da AGU e da Defensoria Pública equivalente a 90,25% da remuneração dos ministros do STF. **Autor:** deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG). **Situação:** comissão especial destinada a dar parecer à proposta.

PEC 452/2009 – Reestrutura e fortalece a Advocacia Pública. **Autor:** deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE). **Situação:** aguarda criação de comissão especial destinada a dar parecer à proposta. Vale destacar que em dezembro de 2012, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o parecer do deputado Fábio Trad pela admissibilidade da proposta.

PEC 210/2007 – Restabelece o adicional por tempo de serviço para as carreiras típicas de Estado. **Autor:** ex-deputado Régis de Oliveira (PSC-SP). **Situação:** aguarda inclusão na pauta de votações do Plenário da Câmara. A proposta conta com parecer aprovado em comissão especial.

PROJETOS DE LEI (PLs)

PL 8.046/2010 – Reforma do Código de Processo Civil. **Autor:** Senado Federal. **Situação:** aguarda votação do parecer do relator-geral em comissão especial da Câmara dos Deputados criada para dar parecer à matéria.

SENADO FEDERAL – PROPOSTAS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO (PECs)

PEC 68/2011 – Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras típicas de Estado. **Autor:** senador Humberto Costa (PT-PE). **Situação:** tramita em conjunto com as PECs 2 e 5/2011 (conseguida pela Apesp) e aguarda votação de substitutivo oferecido pelo relator, senador Gim Argello (PTB-DF), na Comissão de Constituição e Justiça.



Meu plano de saúde não cobre o médico e o hospital que eu prefiro me tratar. E agora?

Procurador: não se preocupe. Com a parceria da APESP com a Qualicorp, os planos de saúde que oferecem os melhores médicos, hospitais e laboratórios do Brasil já estão ao seu alcance.*

SulAmérica
associada ao ING

Condições Especiais

Ligue e confira:
0800 799 3003
ou acesse www.qualicorp.com.br